

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA**PROVA ORAL/MALOTE 10****PONTO 3 – DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL****QUESTÃO 1**

Cada ente federativo, por meio de ato do titular do Poder ou do órgão constitucionalmente autônomo, estabelecerá o nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em documentos e em interações com o ente público.

- a) Tratando-se de atos de transferência ou registro de bens imóveis, qual a modalidade de assinatura eletrônica exigida?
- b) Existe exceção?
- c) No caso de conflito de normas, quanto ao tipo de assinatura eletrônica a ser adotado, como se resolve? Fundamente suas respostas.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

10. Noções gerais de documentos eletrônicos e de informática aplicada aos serviços notariais e de registros. 11. Assinatura e certificação digital. 12. Títulos e certidões em meio digital.

PADRÃO DE RESPOSTA

Respostas esperadas:

- a) É obrigatório o uso da assinatura eletrônica qualificada (assinatura digital), que é a modalidade que tem o maior nível de confiança sobre a identidade e a manifestação de vontade de seu titular.
- b) Sim, os atos de transferência e registro de bens imóveis dispensam a assinatura eletrônica qualificada quanto aos registros praticados perante as juntas comerciais. Nesse caso, a lei estabelece a possibilidade do uso de assinatura eletrônica avançada.
- c) No caso de conflito entre normas, prevalecerá a assinatura qualificada.

Fundamentos:

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

Art. 5º No âmbito de suas competências, ato do titular do Poder ou do órgão constitucionalmente autônomo de cada ente federativo estabelecerá o nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em documentos e em interações com o ente público. (regulamentado pelo Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020).

§ 1º O ato de que trata o caput deste artigo observará o seguinte: (...)

II - a assinatura eletrônica avançada poderá ser admitida, inclusive: (...)

c) no registro de atos perante as juntas comerciais;

(...).

§ 2º É obrigatório o uso de assinatura eletrônica qualificada: (...)

IV - nos atos de transferência e de registro de bens imóveis, ressalvado o disposto na alínea “c” do inciso II do § 1º deste artigo; (...)

§ 5º No caso de conflito entre normas vigentes ou de conflito entre normas editadas por entes distintos, prevalecerá o uso de assinaturas eletrônicas qualificadas.

Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 (regulamentou o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público.

Art. 4º Os níveis mínimos para as assinaturas em interações eletrônicas com a administração pública federal direta, autárquica e fundacional são: (...) III - assinatura eletrônica qualificada - aceita em qualquer interação eletrônica com entes públicos é obrigatória para: a) os atos de transferência e de registro de bens imóveis, ressalvados os atos realizados perante as juntas comerciais; (...).

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA**PROVA ORAL/MALOTE 10****PONTO 3 – DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL****QUESTÃO 2**

A respeito de documentos eletrônicos, assinatura e certificação digital, responda de forma fundamentada, as seguintes indagações, o que é:

- a) autenticação?
- b) assinatura eletrônica?
- c) certificado digital?
- d) certificado digital ICP-Brasil?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

10. Noções gerais de documentos eletrônicos e de informática aplicada aos serviços notariais e de registros. 11. Assinatura e certificação digital. 12. Títulos e certidões em meio digital.

PADRÃO DE RESPOSTA

Respostas esperadas:

- a) A autenticação digital é um processo que permite a identificação das pessoas que assinaram um documento expedido de modo eletrônico, assegurando a veracidade da identidade do signatário de um documento.
- b) A assinatura eletrônica é um conjunto de mecanismos que permitem a identificação de uma pessoa em meios online, uma forma de autenticar e validar documentos digitalmente e online. Para isso, utiliza criptografia avançada para confirmar a identidade das pessoas, o que garante a integridade do processo e permite que determinadas transações sejam feitas a distância, de forma rápida e segura.
- c) A Certificação Digital é um atestado eletrônico que associa os dados de validação da assinatura eletrônica a uma pessoa natural ou jurídica, é uma tecnologia que usa mecanismos de segurança para garantir a autenticidade de uma assinatura eletrônica. O certificado digital é um arquivo eletrônico que fica armazenado em uma mídia digital, como um smart card ou um token.
- d) O certificado da ICP-Brasil é um documento eletrônico gerado e assinado por uma Autoridade Certificadora (AC) conforme as regras estabelecidas pela legislação.

Fundamentações:

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

Art. 3º para os fins desta lei, considera-se:

I - autenticação: o processo eletrônico que permite a identificação eletrônica de uma pessoa natural ou jurídica;

II - assinatura eletrônica: os dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar, observados os níveis de assinaturas apropriados para os atos previstos nesta Lei;

III - certificado digital: atestado eletrônico que associa os dados de validação da assinatura eletrônica a uma pessoa natural ou jurídica;

IV - certificado digital ICP-Brasil: certificado digital emitido por uma Autoridade Certificadora (AC) credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), na forma da legislação vigente.

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVA ORAL/MALOTE 10

PONTO 3 – DIREITO CIVIL

QUESTÃO 3

Fale sobre o princípio da unicidade nos atos notariais e sua aplicação no testamento público, atas notariais e escrituras de transmissão de bens.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

–

PADRÃO DE RESPOSTA

Significa que o ato notarial deve ocorrer sem interrupções, de modo que, do momento de sua confecção, leitura, assinatura pelas partes até o encerramento do ato, o ato deve proceder em um momento único, sem quaisquer pausas e interrupção temporal.

A unicidade pode ser plena/abstrata, ou relativa/mitigada, esta que seria o princípio da concentração. O testamento público permanece hígida a necessidade de se respeitar o princípio da unicidade, nos termos do art. 1864, I a III do Código Civil.

De forma diversa, as atas notariais prescindem da observação desses dois princípios, pois podem ser redigidas em locais, datas e horas diferentes na medida em que os fatos se sucedem.

Por fim, nas escrituras públicas de transação de bem imóveis, diante do dinamismo social e complexidade de se conseguir que todos assinem simultaneamente, é observado o princípio da concentração, onde basta o cumprimento dos pressupostos e requisitos legais e observância de uma unidade do ato instrumental, sendo um ato único para o negócio, independentemente de tempo e local, não sendo necessário da unicidade (Art. 215 do CC).

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA**PROVA ORAL/MALOTE 10****PONTO 3 – DIREITO CIVIL****QUESTÃO 4**

Na ausência de cláusula autorizando o substabelecimento, ele pode ser realizado?

E na hipótese de proibição expressa de substabelecimento na procuração pública, pode ser realizado o substabelecimento? Explique.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

–

PADRÃO DE RESPOSTA

Em ambos os casos, pode haver o substabelecimento, agravando-se a responsabilidade do mandatário caso haja proibição expressa na procuração, de acordo com o artigo 667 do Código Civil. Ainda, a relação contratual permanece íntegra entre o mandante e mandatário, não havendo cessão da posição contratual, sendo mera transmissão de poder de representação sem consentimento do mandante.

Art. 667. O mandatário é obrigado a aplicar toda sua diligência habitual na execução do mandato, e a indenizar qualquer prejuízo causado por culpa sua ou daquele a quem substabelecer, sem autorização, poderes que devia exercer pessoalmente.

§ 1º Se, não obstante proibição do mandante, o mandatário se fizer substituir na execução do mandato, responderá ao seu constituinte pelos prejuízos ocorridos sob a gerência do substituto, embora provenientes de caso fortuito, salvo provando que o caso teria sobrevindo, ainda que não tivesse havido substabelecimento.

§ 2º Havendo poderes de substabelecer, só serão imputáveis ao mandatário os danos causados pelo substabelecido, se tiver agido com culpa na escolha deste ou nas instruções dadas a ele.

§ 3º Se a proibição de substabelecer constar da procuração, os atos praticados pelo substabelecido não obrigam o mandante, salvo ratificação expressa, que retroagirá à data do ato.

§ 4º Sendo omissa a procuração quanto ao substabelecimento, o procurador será responsável se o substabelecido proceder culposamente.

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVA ORAL/MALOTE 10

PONTO 3 – DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 5

É possível desclassificar candidato a cargo público por previsão no edital da vedação de uso de tatuagem? Explique.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

4.3 Cargo, emprego e função pública. 4.3.1 Provimento.

PADRÃO DE RESPOSTA

Não. O STF já julgou que somente a lei pode estabelecer condições para participação em concurso público (Súmula n. 686). Por outro lado, a desclassificação do candidato a cargo público por uso de tatuagem viola os princípios da igualdade e razoabilidade da administração pública.

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVA ORAL/MALOTE 10

PONTO 3 – DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 6

Há possibilidade da motivação dos atos administrativos ser dispensada? Explique.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.

PADRÃO DE RESPOSTA

Todo ato administrativo, em regra, tem que ser motivado, vinculando a Administração Pública. No entanto, há possibilidade da motivação ser dispensada, em casos de motivação evidente (atos executados pela polícia no trânsito); motivação inviável (como nos sinais de trânsito, por semáforos) e no caso de nomeação e exoneração de cargos comissionados (*ad nutum*). (MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2021).

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA**PROVA ORAL/MALOTE 10****PONTO 3 – DIREITO PROCESSUAL PENAL****QUESTÃO 7**

A respeito da competência no Processo Penal, responda aos itens a seguir:

- a) Qual a distinção prevista no Código de Processo Penal relacionada à competência por conexão e por continência?
- b) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento. O Código de Processo Penal traz duas exceções gerais a essa regra. Quais seriam?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

8 Jurisdição e competência.

PADRÃO DE RESPOSTA

O CPP promove a distinção entre a competência por conexão e por continência nos respectivos arts. 76 e 77, nos termos abaixo:

Art. 76. A competência será determinada pela conexão:

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

Art. 77. A competência será determinada pela continência quando:

I - duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração;

O art. 79 do Código de Processo Penal estatui que a conexão e a continência importarão, via de regra, unidade de processo e julgamento, salvo se:

- a) houver concurso entre a jurisdição comum e a militar;
- b) houver concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVA ORAL/MALOTE 10

PONTO 3 – DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 8

A respeito da Lei n. 12.850/2013, responda aos itens a seguir:

- a) Qual a natureza jurídica do acordo de colaboração premiada?
- b) Cite ao menos três meios de obtenção de prova expressamente previstos na Lei n. 12.850/2013.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

23 Disposições processuais penais trazidas pela legislação extravagante. 23.3 Lei nº 12.850/2013 (Lei do Crime Organizado).

PADRÃO DE RESPOSTA

Dupla natureza: negócio processual e meio de obtenção de prova

Art. 3º-A. O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos.

A Lei n. 12.850/13 estabelece, em seu art. 3º, múltiplos meios de obtenção de prova, cujo rol abaixo vem transcrito:

I - colaboração premiada;

II - captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos;

III - ação controlada;

IV - acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais;

V - interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, nos termos da legislação específica;

VI - afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica;

VII - infiltração, por policiais, em atividade de investigação, na forma do art. 11;

VIII - cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal.